

O PT 2030 não pode ser visto como um pacote financeiro vindo de Bruxelas que é preciso “gastar”, tem de ser um meio de concretização de políticas económicas articuladas entre si

A Economia 4.0 está centrada nos serviços

João Vieira Lopes

O crescente papel dos serviços nas economias mais desenvolvidas — num processo de terciarização intenso — tem sido confirmado e reconfirmado por vários estudos. Este papel é evidente pelo seu peso no PIB e no emprego, e ganha ainda maior expressão quando olhamos para o seu contributo ao nível das cadeias de valor. Esta tendência verifica-se também na economia portuguesa, onde os serviços representam 67% do valor acrescentado bruto (VAB) e 67% do emprego. Um recente estudo da EY-Parthenon para a CCP, coordenado pelo prof. Augusto Mateus, lançou um conjunto de pistas e dados para o debate inevitável sobre o futuro da economia portuguesa, quando se inicia um novo ciclo de apoios comunitários.

A, muitas vezes impropriamente, apelada de 4ª Revolução Industrial é, na realidade, uma revolução cuja centralidade está nos serviços. Assim como em relação ao séc. XIX e a uma grande parte do século passado, falamos da industrialização como tendo sido o motor do desenvolvimento das nações, hoje temos de falar de servitização, isto é a integração crescente entre produtos e serviços que se complementam, para caracterizar devidamente as transformações que, desde as últimas décadas do século XX, vêm ocorrendo no funcionamento da economia. Assistimos à passagem de um modelo económico baseado em fatores quantitativos, como as economias de escala e os custos de produção, para um modelo cujo principal fator competitivo é a criação de valor, centrada na produção de soluções e experiências. Paradoxalmente, quan-

do alguns responsáveis pela política económica da União Europeia nos vêm falar de “reindustrialização” aquilo a que estamos a assistir é a um processo de evolução da própria indústria no sentido da servitização, inserindo-se numa dinâmica de forte desmaterialização do conjunto das atividades produtivas e que é impulsionada pela “revolução do digital”.

A servitização ocorre, assim, por efeito de dois movimentos convergentes: por um lado, pelo aumento exponencial do consumo final de produtos imateriais e, por outro, pelo crescente peso dos componentes intangíveis incorporados no valor final dos produtos consumidos. Ou seja, a passagem a uma competitividade-valor requer cadeias produtivas cada vez mais diversificadas e complexas em que a maior parte do valor criado já não ocorre nas ativida-

Um desafio central para tornar Portugal mais competitivo passa por uma maior integração das cadeias de valor nacionais e das nossas empresas

des de fabrico e de transformação de bens, mas nas fases situadas, quer a montante, com a conceção e desenho do produto, quer a jusante, envolvendo toda a logística associada à colocação dos produtos no mercado e aos serviços pós-venda. Sem esquecer que os próprios produtos materiais estão cada vez mais incorporados em “pacotes” de bens e serviços e em que a relação com o consumidor se faz, de forma crescente, através de um contrato de prestação de serviços.

Ao longo da última década vivemos duas das maiores, senão mesmo as maiores, crises dos últimos cem anos. As medidas que tivemos de tomar fizeram com que se desse menor atenção ao necessário investimento nas grandes mudanças estruturais. O próprio PT 2020 foi fortemente marcado pela situação conjuntural em que emergiu e, por isso, focou-se menos que o necessário nos novos desafios de uma economia em mudança acelerada. Passados quase dez anos e, após uma década praticamente perdida, sem que tivesse sido cumprido o objetivo de convergência da nossa economia com a média da UE, é essencial que, no momento em que se inicia um novo ciclo económico, olhemos para o que são os nossos desafios fundamentais. Para ganharmos a década só temos um caminho: fazer da presente década um período de viragem na economia portuguesa. Crescer muito mais e de forma sustentada mas, acima de tudo, crescer melhor com um perfil competitivo que não esteja completamente dependente da procura dos nossos tradicionais mercados e que seja capaz de ganhar quotas de mercado por via do aumento do valor acrescentado que produzimos no nosso país.

O PT 2030 não pode ser visto como um mero pacote financeiro vindo de Bruxelas que é preciso “gastar” (a expressão politicamente correta é “executar”), tem de ser entendido como um meio de concretização de políticas económicas, suportadas em projetos de alcance estratégico e tanto quanto possível articulados entre si.

Agora que conhecemos a proposta de Acordo de Parceria do PT 2030, lamentamos o pouco envolvimento dos parceiros sociais, inferior à verificada aquando da preparação do PT 2020 e mantemos muitas das nossas

preocupações. Um desafio central para tornar Portugal mais competitivo prende-se com a necessidade de, por um lado, haver uma maior integração das cadeias de valor nacionais e, por outro, de obter uma maior integração das nossas empresas em cadeias de valor globais, nomeadamente ao nível de atividades de serviços e de conhecimento intensivo.

Sentimos também a fraca expressão no documento do papel do associativismo empresarial, sobretudo, na concretização de projetos colaborativos e que visam objetivos de eficiência coletiva e de ligação em rede, que pela sua natureza devem poder ter uma dimensão suprarregional ou nacional.

É, finalmente, crucial que no passo seguinte, na discussão dos regulamentos, sejam consideradas as verdadeiras necessidades das empresas, sem menosprezar os sectores do comércio e serviços, que representam uma parte preponderante do emprego, do VAB e do peso das exportações da economia portuguesa. Importa corrigir a marginalização destes sectores e, por isso, é necessário adaptar as medidas, as tipologias de despesas elegíveis e as taxas de comparticipação às características do tecido produtivo português. O investimento produtivo nos serviços é muito dependente das competências das pessoas e do conhecimento, ao nível individual e coletivo. É, por isso, importante que a inovação organizacional seja mais valorizada, que se aumente o âmbito das despesas elegíveis, ou que se repensem as taxas de comparticipação. É essencial ter em consideração as efetivas necessidades das PME, o que exige maior flexibilidade na aplicação dos fundos.

Presidente da CCP — Confederação do Comércio e Serviços de Portugal